



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 97 /94.

APROVA A ASSINATURA DE CONVÊNIO CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - SETAS.

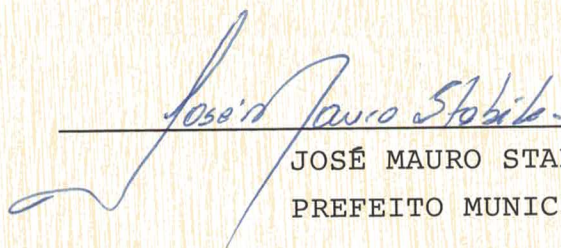
A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

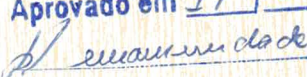
Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Indianópolis e a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social - SETAS, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e vestuário, para crianças carentes.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 24 de fevereiro de 1994

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MAURO STABILE  
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 14 / 3 / 94  
  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara





# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

## J U S T I F I C A T I V A

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores,

O Presente Projeto de Lei, tem por finalidade referendar a assinatura do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Indianópolis e a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social - SETAS, objetivando o repasse de recursos financeiros para aquisição de gêneros alimentícios e vestuário, visando suprir as necessidades básicas das crianças carentes de nosso Município.

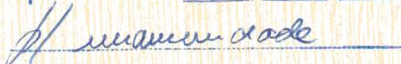
Assim, objetivando buscar recursos a serem aplicados em programas municipais de amparo e apoio à criança carente de nosso Município, é que assinamos o convênio com a SETAS, revestidos da certeza de que o mesmo, face a sua importância merecerá a aprovação unânime dos ilustres vereadores, nos exatos termos em que se encontra redigido.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 24 de fevereiro de 1994



JOSÉ MAURO STABILE  
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 14 3 94



Presidente da Câmara





CONVENIO No 781/93 QUE CELEBRAM O  
ESTADO DE MINAS GERAIS,  
REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE  
ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, E  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
INDIANÓPOLIS.

O Estado de Minas Gerais, representado neste ato pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, a seguir denominada **SECRETARIA DO TRABALHO**, com sede em Belo Horizonte, na Rua Mato Grosso nº 960, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.715.557/0001-74, neste ato representada por seu titular, DOUTOR ARLINDO PORTO NETO, e o Município de Indianópolis, através da Prefeitura Municipal, a seguir denominada **PREFEITURA**, com sede em Indianópolis, na Praça Urias José da Silva, 42, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.259.390/0001-84, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, JOSÉ MAURO STABELE, autorizado pela Câmara Municipal, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio, conforme Plano de Trabalho em anexo, e parte integrante deste instrumento, tem por finalidade apoiar a **PREFEITURA**, na aquisição de gêneros alimentícios e vestuário, para atender crianças carentes, visando suprir suas necessidades básicas.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a consecução dos objetivos estabelecidos na cláusula primeira, assume a **SECRETARIA DO TRABALHO** o compromisso de repassar à **PREFEITURA** a importância de CR\$ 100.000.00 (Cem mil cruzeiros reais) ficando a **PREFEITURA** obrigada ao aporte, como contrapartida, na forma da proposta de Plano de Trabalho aprovada previamente, e parte integrante deste Convênio.

**Parágrafo Único:** os recursos financeiros acima referidos destinam-se exclusivamente ao cumprimento dos objetivos constantes da cláusula primeira, devendo ser aplicados na aquisição de material de consumo e outras despesas de custeio, e serão liberados em estrita conformidade com o Plano de Aplicação aprovado, exceto:

I - quando não tiver havido comprovação da boa aplicação da parcela anteriormente recebida;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública em contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas



convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

### CLAUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos financeiros a serem repassados pela **SECRETARIA DO TRABALHO** através deste Convênio correrão à conta da dotação orçamentária consignada na rubrica: 1331.1581.4862.016.3223 00 (34).

NOTA DE EMPENHO Nº 01105-5

### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a **SECRETARIA DO TRABALHO**:


- A - a assegurar os recursos financeiros necessários à execução das atividades previstas na cláusula primeira;
- B - a supervisionar, acompanhar e orientar a execução deste instrumento, prestando à **PREFEITURA** apoio técnico necessário ao eficaz desenvolvimento das atividades a serem executadas, sempre que solicitados por escrito à **SECRETARIA DO TRABALHO** e/ou quando esta julgar conveniente.

Obriga-se a **PREFEITURA**:

- A - a responsabilizar-se diretamente pela execução do presente Convênio, de acordo com as diretrizes e normas da **SECRETARIA DO TRABALHO**;
- B - a administrar os recursos financeiros repassados, não podendo utilizá-los para outros fins que não os especificados na cláusula primeira;
- C - a prestar contas à **SECRETARIA DO TRABALHO** da aplicação do numerário recebido, impreterivelmente até o décimo dia após o término da vigência do presente Convênio, obedecendo, rigorosamente, aos critérios da Superintendência de Finanças.

**Parágrafo primeiro:** os saldos de convênios, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

**Parágrafo segundo:** as receitas financeiras na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas crédito do

  
Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social  
Estado de Minas Gerais









convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas do ajuste.

#### CLAUSULA QUINTA - DOS ADITAMENTOS

Mediante assentimento das partes, poderá este Convênio ser ampliado e/ou aditado, através de Termos Aditivos.

#### CLAUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

Este instrumento vigorará pelo período de 04 (quatro) meses, a partir da data de sua assinatura.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Na hipótese de descumprimento dos objetivos acordados nas cláusulas primeira, segunda e quarta, ficará a **PREFEITURA** obrigada a devolver os recursos financeiros recebidos, devidamente corrigidos a partir da data do efetivo recebimento, até a data da efetiva devolução, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou outro que vier a substituí-lo.

**Parágrafo Único:** quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **SECRETARIA DO TRABALHO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

#### CLAUSULA OITAVA - DA RESCISAO

O presente convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo em decorrência do descumprimento das obrigações nele previstas, ou ainda, unilateralmente, pela **SECRETARIA DO TRABALHO**:

A - quando o interesse público o justificar;

B - se ficar apurado e constatado que a **PREFEITURA** não tenha cumprido qualquer das disposições dos incisos I a III e Parágrafos do Art. 18 da Lei nº 10.862, de 06 de agosto de 1992, que trata das Diretrizes Orçamentárias do Estado de Minas Gerais a vigorar no exercício de 1993.

**Parágrafo único** - ocorrendo a rescisão por motivos anteriormente referidos, fica estabelecido que todos os bens móveis (equipamentos e material permanente) adquiridos pela **PREFEITURA** com recursos financeiros repassados pela **SECRETARIA DO TRABALHO**, deverão ser devolvidos à mesma e se incorporarão ao patrimônio do Estado, independentemente de notificação ou



interpelação para a solução da condição resolúvel ora estabelecida.

**CLAUSULA NONA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir qualquer questão derivada deste Convênio.

E, estando de acordo com estes termos, firmam o presente Convênio juntamente com as testemunhas adiante nomeadas e qualificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu registro, publicação e execução.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 1993

DOUTOR ARLINDO PORTO NETO  
Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social

JOSÉ MAURO STABELE  
Prefeito Municipal de Indianópolis

TESTEMUNHAS: 1ª: Schirlayne M<sup>a</sup>

Nome legível: Schirlayne M<sup>a</sup> de Miranda

Endereço: R. 108. N<sup>o</sup> 11 B.V. do Zateki

CPF ou CI: M- 3.601.660

2ª: \_\_\_\_\_

Nome legível: Maria Pereira Gomes

Endereço: Rua Daniel de Carvalho - n<sup>o</sup> 1836

CPF ou CI: M- 2.532.538

Arthur de Oliveira  
Consultor Chefe de Secretaria -  
Estado do Trabalho e Ação Social

CONV003.DOC